

Desenvolvimento rural e a redução da pobreza no Norte de Angola.

*Miguel Gonçalves MBomba, Pedro Damião Henriques, Maria da Conceição Rego e Maria Leonor da Silva Carvalho**

Resumo

Este trabalho tem como objectivo identificar os principais constrangimentos de três municípios rurais do norte de Angola — Alto-Cauale, Ambaca e Negage — e propor estratégias para redução da pobreza e para o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações.

Os municípios estudados apresentam limitações muito semelhantes nos domínios das infra-estruturas, saúde e educação. O mesmo se passa em relação à principal actividade económica (a agricultura), caracterizada fundamentalmente pela utilização de variedades de baixo rendimento, baixo nível de tecnologia, degradação dos recursos naturais e mercados rurais ineficientes.

A melhoria das condições de vida das populações rurais passa por uma intervenção integrada de promoção do desenvolvimento rural, através da melhoria: 1) das infra-estruturas, das quais destacamos o abastecimento de água, de energia e as vias de comunicação; 2) dos níveis de saúde, educação e formação profissional; 3) das condições de produção agrícola; 4) da condição da mulher; e 5) do apoio institucional, público e privado, ao desenvolvimento.

Palavras-chave

Pobreza, desenvolvimento rural, condições de vida.

1. Introdução

A Cimeira do Milénio, realizada em 2000, foi um importante marco na história recente das Nações Unidas, pois gerou uma agenda e objectivos comuns a seguir pelas diferentes regiões e países.

•

* Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (de Angola) e Universidade de Évora (Portugal).

A erradicação da pobreza e da fome, que foi a primeira meta a atingir fixada por aquela Cimeira, é das mais importantes para os países da África Sub-Sahariana, onde Angola se encontra inserida. Para a concretizar, é necessário definir os instrumentos de política a seguir e, em seguida, fazer a abordagem necessária à sua implementação.

O trabalho afasta três males: o vício, a pobreza e o tédio. Tal como afirmava Voltaire, filósofo iluminista francês do século XVIII, a inexistência de trabalho conduz, entre outros, à pobreza [Voltaire 2008]. Não é possível encontrar uma definição única para ‘pobreza’ nem um conjunto de indicadores que, à escala global, nos permitam caracterizar o fenómeno de forma inequívoca. Existe consenso que a pobreza é a incapacidade dos indivíduos, com os recursos que têm à sua disposição, poderem levar uma vida digna, traduzindo-se por situações de simultaneidade de carência ou limitações a diversos níveis, como sejam as associadas ao quotidiano, ao rendimento, à riqueza e à formação pessoal.

De um modo geral, a pobreza e a exclusão social são realidades que surgem associadas, traduzindo-se por casos de dependência económica e incapacidade de integrar cabalmente a sociedade, alimentando o chamado ‘ciclo vicioso de sub-desenvolvimento ou pobreza’, em que a baixa produtividade proporciona rendimentos baixos e estes não permitem a poupança e o investimento necessários à acumulação de capital.

É diferente ser pobre em África, na Europa ou na Ásia. Em sentido lato, a pobreza representa uma privação de recursos, de capacidades, de escolhas, de segurança e de poder necessários para o usufruto de um padrão de vida adequado, em simultâneo, com a satisfação dos direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais [Alves 2009]. Assim, a pobreza tem uma componente associada ao rendimento e uma componente não associada ao rendimento. A pobreza de rendimento corresponde à ausência de satisfação das necessidades básicas, enquanto a pobreza não associada ao rendimento se manifesta na ausência de outros atributos importantes para a vida [Bejakovic 2005].

Para avaliar a pobreza de rendimento, utilizam-se normalmente os conceitos de pobreza absoluta de rendimento e pobreza relativa de rendimento. O primeiro conceito, como definido no *World Summit on Social Development* realizado em Copenhaga em 1995, é uma condição caracterizada pela privação severa das necessidades humanas básicas – alimentação, água potável, saneamento, saúde, habitação, educação e informação – dependendo não só do rendimento, mas também do acesso aos serviços [Sen 1999; Carvalho 2004a; Gordon 2005].

Já a pobreza relativa é um conceito normativo, definido para cada sociedade, de acordo com as normas vigentes e, como tal, variando para cada país e com o tempo. Por exemplo, um rendimento que satisfaz as necessidades básicas mas fica muito aquém do da maioria da população pode ser considerado de pobreza moderada. Muitas vezes, as medidas de pobreza relativa confundem-se com as medidas de desigualdade na distribuição de rendimento [Carvalho 2004b].

Para medir a pobreza absoluta ou relativa, em termos do rendimento, é necessário definir a chamada linha de pobreza. A linha de pobreza absoluta é o padrão mínimo de vida necessário para satisfazer as necessidades básicas, alimentares e não alimentares, conceito este invariante com o local e o tempo. A linha de pobreza extrema corresponde essencialmente ao padrão mínimo de satisfação das necessidades alimentares. O indicador utilizado para medir a pobreza num país é a percentagem da população

que vive abaixo da linha de pobreza. No entanto, este indicador não revela a posição de cada indivíduo abaixo da linha da pobreza, sendo para tal necessário saber o índice do fosso de pobreza médio, que é percentagem do rendimento necessária para alcançar a linha de pobreza [Carvalho 2004b; Todaro & Smith 2006].

Os dados disponíveis para Angola em 2001 referem que a linha da pobreza era cerca de 1,7 USD e de pobreza extrema de 0,76 USD, incidindo em cerca de 68% e 28% da população, respectivamente [Governo 2005; Carvalho 2004b]. O sociólogo Paulo de Carvalho [2004b] refere que entre 1995 e 2001 houve um aumento da pobreza extrema em 96%.

As instituições internacionais, designadamente o Banco Mundial, adoptaram uma escala para medir os níveis de rendimento *per capita* existentes nos vários países e, dessa forma, classificarem em termos relativos as situações de pobreza nos vários países, comparando-os. No caso de Angola, esta instituição considera o país como pertencendo ao grupo de ‘rendimento médio baixo’ (países com Produto Nacional Bruto entre 906 e 3595 dólares *per capita*), dado que registava, na variável Produto Nacional Bruto *per capita*, em 2006, o valor de 1980 dólares [World Bank 2009].

No entanto, o PIB *per capita* é insuficiente para definir o nível de bem-estar ou realização de um país, tendo as Nações Unidas adoptado um indicador sintético para classificar o nível de desenvolvimento dos países – o índice de desenvolvimento humano (IDH). Este indicador, que mede o alcance da população em bem-estar, conjuga com o PIB *per capita*, os indicadores relativos à esperança de vida e à participação no sistema de ensino. Os dados mais recentes e respeitantes ao ano 2006, mostram que o IDH assume, em Angola, o valor 0,484, o que coloca o país na posição 157 no conjunto de 179 países analisados (quadro 1). Deste conjunto de indicadores, a posição mais favorável é a relativa ao PIB *per capita* em paridade de poder de compra, o que traduz verdadeiramente a efectiva geração de rendimento que o país tem vindo a criar.

Quadro 1 – Índice de desenvolvimento humano e suas componentes em 2006

	IDH	Esperança de vida à nascença (anos)	Taxa de literacia de adultos (%)	Indivíduos que frequentaram o sistema de ensino básico (%)	PIB per capita (PPP US\$)t
Posição	157	177	116	78	107
Valor	0,484	42,1	67,4	25,6	4.434

Fonte: PNUD 2008

Além deste indicador, as Nações Unidas utilizam o índice de pobreza humana (IPH-1), especialmente destinado a avaliar as privações da população nos países em desenvolvimento. As dimensões avaliadas são semelhantes às do IDH, ainda que com variáveis distintas (quadro 2). O IPH-1 no caso de Angola é de 40,5%, o que coloca o país no lugar 119 no conjunto de 135 países em desenvolvimento que foram analisados. Nesta perspectiva, o indicador que reflecte as maiores dificuldades do país

respeita às condições de acesso à saúde, na medida em que apenas 46,7% dos indivíduos, com alguma probabilidade, viverão mais de 40 anos.

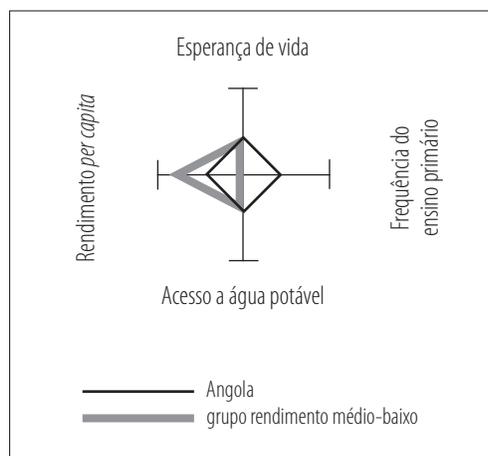
Quadro 2 - Índice de pobreza humana e suas componentes em 2006

	IPH-1	Probabilidade de não ultrapassar os 40 anos (%)	Taxa de literacia de adultos (%)	Indivíduos sem acesso a água potável (%)	Crianças subnutridas (% idade 0-5)
Posição	119	131	95	112	113
Valor	40,5	46,7	32,6	49	31

Fonte: PNUD 2008

A análise anterior pode ser sintetizada na figura 1, que nos mostra a posição relativa de Angola por comparação com os países em desenvolvimento, com níveis de rendimento médio-baixos. Esta figura permite evidenciar o facto da posição mais favorável do país estar associada ao rendimento criado.

Figura 1 – Posição relativa de Angola nas componentes do Diamante do Desenvolvimento



Fonte: World Bank 2009

Estes indicadores indiciam que o nível de desenvolvimento humano em Angola ainda está longe de atingir os objectivos definidos na Cimeira do Milénio, quando se previa que, no ano de 2015, deveriam estar reduzidas a metade o número de pessoas cujo rendimento é inferior a um dólar por dia [Governo 2005].

Em 2006, a população estimada para Angola era superior a 16,5 milhões de habitantes. A população é muito jovem: cerca de 50% tem menos de 15 anos de idade, 40% tem menos de 10 anos e

somente 2% tem mais de 65 anos [Primo *et al.* 2006]. Esta distribuição populacional potencia, anualmente, a entrada no mercado de trabalho de um número significativo de jovens. Se a economia rural e urbana não absorver esta mão-de-obra, é provável que a problemática da pobreza continue a assolar o país, através do desemprego.

Do ponto de vista sanitário, o país apresenta elevadas taxas de mortalidade infantil e materno-infantil. Estas elevadas taxas de mortalidade são acompanhadas por uma elevada taxa de fertilidade: cerca de 7,2 filhos por mulher. Assim, a taxa de crescimento populacional anual aproxima-se dos 3%, o que significa a capacidade da população angolana crescer de forma sustentada (o indicador de fecundidade suficiente para garantir a reposição de gerações é de 2,1 filhos por mulher). Aceitando a ideia de que os recursos humanos são sempre a principal componente de desenvolvimento de um qualquer território, Angola regista assim um potencial para continuar a expansão, em termos económicos e sociais.

A população de Angola é maioritariamente rural — cerca de 66,7% em 2006 [ADF 2007; World 2009]. A existência de situações de ausência de desenvolvimento e, correlativamente, de pobreza absoluta, caracteriza tipicamente as zonas rurais, tendo sido estimado que em 2001 a pobreza absoluta nas zonas rurais atingia 94% dos agregados familiares e 78% dos indivíduos [Carvalho 2004b; Governo 2005].

Vários têm sido os estudos que abordam a problemática da pobreza em Angola nas suas diferentes facetas — o seu perfil [INE 1996; MINADER 1997; Grave & Ribeiro 1999; Ceita 2001; Carvalho 2004a; Carvalho 2004b], a sua parte subjectiva [Carvalho 2004b], a exclusão social [Carvalho 2004a], as suas causas e consequências [Grave & Ribeiro 1999; Carvalho 2004a; Governo 2005] e a sua relação com o género [Ducados 1994; Ducados 2000]. Existe consenso de que as causas da pobreza rural são de ordem diversa, indo do longo conflito armado que assolou o país, terminado em 2002, passando pela baixa fertilidade do solo, pela utilização de variedades de baixa qualidade, pela vulnerabilidade genética da mandioca às doenças, pela fraca diversificação das culturas alimentares e nutricionais, pela falta de água potável, e ainda pelo mau estado das vias de comunicação, mormente as secundárias e terciárias, pela falta de infra-estruturas de apoio à produção agrícola (irrigação, extensão, crédito rural, pesquisa agrícola, mercados e comercialização), pela ausência de uma rede de infra-estruturas sociais (saúde, educação, formação profissional de mão-de-obra e abastecimento de água) e pela baixa capacidade institucional a nível da base. Estas limitações reflectem-se principalmente na fraca educação sanitária das comunidades rurais, na assistência técnica agrícola inadequada, no baixo nível de escolaridade das comunidades rurais e em formas de percepção e compreensão míticas (convicções tradicionais) que muitas vezes habitam no homem rural, gerando passividade ante os desafios da natureza e do desenvolvimento.

As consequências da pobreza rural reflectem-se em baixos rendimentos dos agregados familiares, em que o grande desafio é romper o ciclo vicioso da pobreza e elevar o bem-estar económico e social. Nessa perspectiva, qualquer estratégia sustentável de redução da pobreza e aumento do bem-estar rural passa pela segurança alimentar e pelo desenvolvimento integrado, áreas de intervenção prioritária do governo de Angola na estratégia de combate à pobreza.



Este trabalho tem como objectivo identificar os principais constrangimentos de três municípios rurais do norte de Angola — Alto-Cauale (Kangola), Ambaca (Camabatela) e Negage — e propor uma estratégia de desenvolvimento rural integrado para reduzir a pobreza, aumentar o desenvolvimento económico e elevar o bem-estar das populações.

2. Metodologia de análise

O método de análise seguido baseou-se numa análise descritiva de dados de campo recolhidos na zona seleccionada para estudo. Os dados permitiram fazer o diagnóstico da situação e propor medidas de desenvolvimento rural para o combate à pobreza.

Para colheita de dados de campo, foram utilizadas: 1) entrevistas semi-estruturadas, as quais foram feitas aos líderes locais (12), quer nas sedes dos municípios, quer em aldeias; e 2) entrevistas com questionário feitas a 27 agricultores dos municípios estudados. A estrutura subjacente a estes instrumentos de recolha de informação apresenta-se no quadro 3.

Quadro 3 — Conteúdo dos instrumentos de recolha de informação

Instrumento	Tópicos a caracterizar
Entrevistas semi-estruturadas	<ul style="list-style-type: none"> . Saúde e educação nos municípios . Número de empresas agrícolas, associações e mercados . Principais actividades agrícolas e produtos agrícolas vendidos e comprados . Dieta da população . Organizações não governamentais existentes e respectivas actividades
Entrevistas por questionário	<ul style="list-style-type: none"> . Família agricultora . Agricultura praticada . Tipo de habitação . Condições de vida

Relativamente às entrevistas por questionário, foram inquiridas três aldeias em cada município e, em cada uma delas e por indicação dos líderes locais, três agricultores, considerados representativos da respectiva população (não se deve entender aqui uma representatividade estatística da população, mas apenas empírica). No total, foram inquiridos 27 agricultores para os três municípios estudados — 9 em cada município. As aldeias estudadas em cada município foram as seguintes: município de Alto-Cauale — Kangola, Quilenduca e Quinguzu; município de Ambaca — Luque, Quimaco e Fuma; e município de Negage — Quituia, Cazanga e Quindandu.

A opção por estas técnicas de investigação deveu-se ao facto de se considerar importante ouvir, em primeiro lugar, a opinião dos líderes locais e municipais utilizando uma entrevista do tipo semi-estruturada e, em segundo lugar, auscultar as condições de vida da população rural de cada uma

das aldeias, através de uma entrevista com questionário às famílias agricultoras. Apesar de existir homogeneidade em muitas das características das famílias camponesas existentes nas 3 aldeias de cada um dos municípios estudados, o número de entrevistas foi limitado devido à existência de restrições temporais e monetárias, pelo que os dados apresentados na secção 3.1 não têm representatividade estatística amostral, ou seja, os dados obtidos não são representativos da população de qualquer dos municípios estudados. Deste modo, os dados quantitativos apresentados a seguir não podem ser generalizados, sendo somente indicadores daquilo que pode suceder nas aldeias objecto de estudo, devendo a sua leitura ter apenas um carácter indicativo e qualitativo.

3. Caracterização e constrangimentos dos municípios

Nos municípios da área de estudo, o número de comunas é de 3 para o município do Alto-Cauale, 5 para Ambaca e 3 para o Negage. Para o município de Alto-Cauale, as comunas são Kangola (sede), Bengo e Caiongo; para Ambaca, comunas de Camabatela (sede), Tango, Luinga, Maúa e Bindo; e para o município de Negage, comunas de Dimúca, Quisseque e Negage (sede). Cada comuna é constituída por regedorias e estas, por sua vez, são constituídas por aldeias, cuja organização social é gerida por regedores e sobas, respectivamente.

O estado das vias de comunicação é muito mau no município de Alto-Cauale, agravado pela existência de pontes partidas devido ao conflito armado (a ponte sobre o rio Lucala que ligava este município ao de Ambaca, e a do rio Lulóvo que ligava o referido município ao do Negage) e mau nos restantes dois municípios, por falta de obras de restauro e manutenção.

O saneamento básico é muito mau, agravado pela falta de meios de recolha de lixo nas sedes municipais, pelo crescimento desordenado de bairros periféricos em redor das sedes municipais, pela fraca capacidade de abastecimento de água em alguns casos e noutros pela falta de água e fraca educação sanitária das comunidades rurais e até mesmo urbanas. Assim, podemos afirmar que grande parte da população vive em locais com saneamento básico deficiente. O fornecimento de energia eléctrica está limitado às sedes municipais de Alto-Cauale e Ambaca.

No que diz respeito à educação e à saúde, tanto o número de escolas, como o número de professores e de profissionais de saúde é insuficiente para satisfazer a procura (quadro 4). Tendo em conta o número reduzido, quer dos profissionais de saúde quer das infra-estruturas de saúde, a oferta desses serviços é bastante deficitária. As principais doenças observadas e mais referidas pela população são a malária, a diarreia e a tosse. Será de referir também o elevado número de alunos fora do sistema de ensino, devido a circunstâncias várias, entre as quais a pobreza, que leva à necessidade de os alunos trabalharem para a família, a uma cobertura deficiente de profissionais de educação e à negligência e falta de interesse da família.

É de realçar o apoio das Associações de Naturais e Amigos dos municípios estudados, organizações não governamentais (ONGs) nacionais que, em certas ocasiões, têm feito acções de assistência de emergência nos três municípios, bem como a actividade de duas ONGs internacionais que se dedicam à área da saúde (Alto-Cauale) e da educação (Negage).

Quadro 4 – Principais características da saúde e da educação nos municípios

	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
População	75.023	70.437	134.380
Água	Rio sem tratamento	Canalizada na sede	Canalizada na sede
Electricidade	Sede	-	Sede
Nº escolas primárias	79	79	56
Nº de professores	409	318	846
Nº de alunos	8 113 (11 500)*	7 156 (-)*	22 917 (3 397)*
Postos de saúde	12	10	22
Centros de saúde	-	1	3
Nº de enfermeiros	16	12	59
Nº de médicos	-	-	3
Principais doenças	malária, diarreia, tosse		

() * Alunos fora do sistema de ensino.

(-) Informação não disponível.

Fonte: Entrevistas aos líderes locais

Na região em estudo, a população dedica-se maioritariamente à agricultura. A indústria é quase inexistente e os serviços são dominados pelos serviços públicos do Estado. As empresas agrícolas são predominantemente familiares, assegurando grande parte das necessidades de consumo do seu agregado com a produção própria, embora estejam presentes também empresas familiares que apresentam uma economia nitidamente influenciada pela produção mercantil [IDA 2004].

Todos os municípios possuem serviços locais de agricultura e floresta, com excepção do município de Alto-Cauale que não possui serviços de veterinária. É de registar a existência de uma brigada técnica do café nos municípios de Ambaca e do Negage, apesar da cultura do café estar em regressão e ter sido substituída por outras culturas, como a mandioca, o feijão e o milho.

Em todos os municípios existem associações e cooperativas agrícolas, sendo o seu número mais elevado no município de Alto-Cauale. As suas actividades principais são os serviços de microcrédito e crédito de campanha. O comércio é deficiente, pelo reduzido número de mercados rurais permanentes, fazendo-se no entanto de modo informal algumas trocas e vendas de produtos (quadro 5).

Quadro 5 – Número de empresas agrícolas, associações e mercados

	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
Empresas agrícolas familiares	12.878	13.462	22.397
Associações e cooperativas	82	20	22
Mercados municipais	1	1	1
Mercados comunais	2	4	2
Mercados permanentes	1	1	2
Mercados não permanentes	5	7	5

Fonte: Entrevistas aos líderes locais

As principais culturas agrícolas são a mandioca, a batata-doce, o milho, o feijão, a cana-de-açúcar e o café. Dentro das frutícolas, destacam-se a banana, o abacate e o abacaxi. De realçar a experimentação que está a ser realizada com a cultura do arroz no município do Negage, a qual no futuro poderá ser uma alternativa para os agricultores, em termos de alimentação e de rendimento. A preparação das terras é maioritariamente manual, havendo algumas áreas mecanizadas nos municípios de Negage e de Ambaca. A actividade pecuária é menos expressiva que a actividade vegetal, dominando a criação de ovinos, caprinos, suínos e galinhas, e sendo reduzidos os efectivos bovinos de iniciativa empresarial. No entanto, é uma zona caracterizada por pasto abundante, considerado ideal para a criação de gado de corte.

As culturas ao longo do ano estão distribuídas por três períodos, a saber:

- 1ª época – Setembro a Janeiro – mandioca e batata-doce
- 2ª época – Fevereiro a Maio – feijão e milho
- Época das hortícolas – Maio a Setembro – repolho, tomate, couve.

São praticadas várias consociações, sendo de salientar aquela que é formada pelas culturas da mandioca–feijão–amendoim–milho. As principais doenças observadas nas culturas vegetais são o mosaico da mandioca, a toupeira e a lagarta do feijão; para as actividades animais, são a doença de *newcastle* e a peste suína africana.

Os principais produtos vendidos são o bombó (mandioca processada), o maruvo (bebida), a batata-doce, a banana, as hortícolas, o café, os animais de pequeno porte e as aves, comprando-se aqueles produtos que não são produzidos localmente, como o peixe (seco ou congelado), sabão e roupa usada. A dieta da população é pouco diversificada, feita à base de funje de bombó com quizaca (folhas de mandioqueira cozidas), batata-doce e milho fresco.

3.1. Caracterização sócio-económica das zonas rurais dos municípios

Na sua grande maioria, os agricultores entrevistados são mulheres, com idade média entre 43 anos e 47 anos¹. Sensivelmente metade não foram à escola e os que a frequentaram apresentam um nível de escolaridade entre a 2ª classe e a 5ª classe. O número médio de filhos por família varia entre 5,3 e 7,2, existindo uma diferença entre os filhos em idade escolar e os que frequentam a escola, que se deve ao facto de alguns jovens ajudarem as famílias nas actividades produtivas (quadro 6). Neste caso, as meninas são mais penalizadas que os rapazes, o que indicia alguma discriminação baseada no género.

•

1. Na interpretação dos quadros 6 a 10, considere-se que o número máximo de agricultores entrevistados por município foi de 9.

Quadro 6 – Características dos agricultores entrevistados

	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
Indivíduos do sexo feminino	6	7	5
Indivíduos do sexo masculino	3	2	4
Idade média (anos)	47	43	45
Agricultores sem escolaridade	5	3	4
Agricultores com escolaridade	4	6	5
Agricultores alfabetizados	1	1	3
Número médio de filhos	7,2	6,7	5,3
Número de filhos em idade escolar	4	4,9	3,3
Número de filhos na escola	3,3	3,9	2,6

Fonte: Entrevistas aos agricultores

A maioria das habitações é construída em adobe, enquanto o telhado é de capim e o chão de terra. O abastecimento de água é feito a partir de riachos; a distância para proceder à recolha de água varia entre 1,5 km e 1,8 km e é essencialmente percorrida por mulheres e crianças (quadro 7). As longas distâncias percorridas pelas crianças e jovens ocupam uma parte substancial do seu dia-a-dia, entrando em conflito com outras actividades, principalmente as de aprendizagem escolar, o que em muitas situações hipoteca ou reduz as oportunidades na idade adulta. A utilização de água não tratada pode causar diversas doenças, como por exemplo a diarreia, as quais podem provocar mortalidade e prejuízos económicos, quer no presente quer no futuro.

Quadro 7 – Características da habitação

	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
Tipo de casa*	Adobe-8 Pau-a-pique-1	Adobe-9 Pau-a-pique-0	Adobe-9 Pau-a-pique-0
Cobertura da casa*	Capim-8 Chapa-1	Capim-5 Chapa-4	Capim-7 Chapa-2
Abastecimento de água	Rio	Rio	Rio
Distância do abastecimento de água	1,8 Km	1,5 Km	1,6 Km

*Número de agricultores.

Fonte: Entrevistas aos agricultores

Os alimentos são cozinhados utilizando como fonte de energia preferencial o carvão (no Alto-Cauale e Negage) e a lenha (em Ambaca). A maioria dos agricultores toma 2 refeições por dia no Alto-Cauale e Negage e 3 em Ambaca. Esta diferença deve-se ao facto de no município de Ambaca a

produção de mandioca ser bastante relevante. Na maior parte das situações, é a mulher que desempenha as actividades domésticas e agrícolas, conquanto os homens façam esteiras no Alto-Cauale e Ambaca e esta tarefa seja repartida pelo casal no Negage (quadro 8).

Quadro 8 – Condições de vida

	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
Energia mais utilizada para cozinhar	Carvão	Lenha	Carvão
Refeições por dia	2	3	2
Quem mais trabalha	Mulher	Mulher	Mulher
Quem faz esteiras	Homem	Homem	Homem e Mulher
Casa de banho na escola *	0	3	0
Uniforme *	5	8	4
Merenda *	0	0	0
Material escolar *	2	8	1
Aldeias com postos de saúde	0	1	3
Já ouviu falar de planeamento familiar (Nº de agricultores)	2	5	5
Já fez planeamento familiar (Nº de agricultores)	1	1	1

*Número de agricultores que referiram a condição na escola que os filhos frequentam.

Fonte: Entrevistas aos agricultores

A maioria das escolas não tem casa de banho e não fornece merenda; os alunos utilizam uniforme, especialmente em Ambaca; e somente neste município os pais têm capacidade económica para comprar material escolar para os filhos.

No que diz respeito à saúde, as aldeias do município de Alto-Cauale não têm posto de saúde, enquanto uma aldeia em Ambaca e as três do Negage possuem centro de saúde. Nas aldeias dos três municípios, existem parteiras tradicionais para auxiliar na tarefa dos partos. Cerca de metade dos entrevistados já ouviu falar de planeamento familiar em Ambaca e Negage e menos de metade no município de Alto-Cauale. Destes, muito poucos fizeram planeamento familiar, como se pode comprovar no quadro 8.

A área média das explorações entrevistadas varia entre 1,1 hectares para o Negage e 1,6 hectares para Ambaca. As explorações ficam a uma distância importante da casa (entre 5 e 6 km). A totalidade dos agricultores entrevistados prepara as lavouras manualmente, utilizando maioritariamente mão-de-obra familiar, sendo que o município de Ambaca é aquele em que um maior número de agricultores contrata mão-de-obra. Nos municípios de Alto-Cauale e de Ambaca, as lavras são feitas pelo casal em mais de metade dos casos, enquanto no município do Negage mulher e homem fazem lavras diferentes na maioria das situações. A espécie pecuária dominante é a das aves de capoeira, logo

seguida pelos caprinos, suínos e ovinos. A produção pecuária destina-se essencialmente à venda e ao auto-consumo, sendo mencionada também a sua utilização em cerimónias (quadro 9).

Quadro 9 – Características da agricultura

	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
Área média (hectares)	1,5	1,6	1,1
Distância da casa à lavra	5,5 Km	5,2 Km	5,7 Km
Preparação manual de terras*	9	9	9
Contratação de mão-de-obra*	2	5	3
Só utiliza trabalho familiar*	7	4	6
Marido e mulher lavram terras diferentes*	4	4	6
Animais que o agricultor possui	Aves Suínos Caprinos Ovinos	Aves Ovinos Caprinos Suínos	Aves Caprinos Suínos Ovinos
Destino que o agricultor dá aos animais*	Venda-4 Autoconsumo-5 Cerimónias-3	Venda-7 Autoconsumo-3 Cerimónias-1	Venda-9 Autoconsumo-9 Cerimónias-1

* Número de agricultores.

Fonte: Entrevistas aos agricultores

No que diz respeito aos preços de mercado dos produtos, a maioria dos agricultores considera-os baixos. Em relação ao rendimento obtido, os agricultores do Negage acham que ele é maioritariamente mau, os de Ambaca bom, e os de Alto-Cauale dividem-se entre o bom, o mau e o muito mau. Estas diferenças devem-se ao facto de os agricultores conseguirem, ou não, uma produção suficiente para o auto-consumo familiar e alguma para venda, e ainda ao efeito negativo das pragas e doenças, em que o município de Alto-Cauale tem sido o mais afectado. A grande maioria dos agricultores utiliza sementes próprias, sendo de relevar que no Negage cerca de metade dos agricultores já utilizou sementes do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural ou de ONGs. Nenhum agricultor beneficiou de microcrédito, sendo que nos municípios de Ambaca e Negage, apenas 3 agricultores beneficiaram do crédito de campanha (quadro 10). De salientar que nos municípios estudados não existem instituições vocacionadas para o microcrédito nem bancos comerciais.

Quadro 10 – Características do rendimento, utilização de insumos e comercialização

	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
Como considera os Preços de Mercado*	Médios-1 Baixos-8	Médios-3 Baixos-6	Médios-1 Baixos-8
Como considera o Rendimento*	Bom-4 Mau-2 Péssimo-3	Bom-6 Mau-3 Péssimo-0	Bom-1 Mau-7 Péssimo-1
Usa Sementes do MINADER ou de ONGs*	1	2	4
Beneficiou de crédito de campanha*	0	3	3
Quem vende no mercado*	Mulher-3 Homem-2 Ambos-4	Mulher-5 Homem-1 Ambos-2	Mulher-6 Homem-0 Ambos-3
Vende em que tipo de mercado*	Aldeia-5 Vila-4	Aldeia-5 Vila-4	Aldeia-4 Vila-5
Deslocações para o mercado*	Pé-8 Carro-1	Pé-6 Carro-3	Pé-5 Carro-4

* Número de agricultores.

Fonte: Entrevistas aos agricultores

A actividade de venda no mercado é maioritariamente feita por mulheres (sobretudo no Negage), mas também pelo casal (sobretudo no Alto-Cauale). As vendas são repartidas, sensivelmente em partes iguais, nos mercados da aldeia e nos mercados da respectiva vila. A deslocação ao mercado é feita na maioria das vezes a pé, sendo o município do Negage aquele em que os agricultores se deslocam mais de carro.

3.2. Principais constrangimentos dos municípios

Os dados anteriores mostram de forma inequívoca que o nível de realização associado ao quotidiano, ao rendimento e à formação pessoal das populações das comunidades rurais estudadas apresenta carências que podem ser agrupadas em: i) gerais, ii) da saúde e educação, iii) da produção agrícola e iv) dos mercados.

Ao nível dos constrangimentos gerais, salientam-se as limitadas infra-estruturas de habitação, a falta de crédito e assistência técnica, a deficiente infra-estrutura viária rural para movimentação dos factores produtivos e da produção e as lacunas nos transportes para apoiar a população que vive no meio rural.

Na área da saúde e da educação, são visíveis os limitados serviços de saúde, bem como o limitado número de escolas e respectivas infra-estruturas deficientes, a limitada experiência e qualificação profissional dos técnicos agrícolas e a prevalência de algumas doenças como a malária.

No que diz respeito à produção agrícola, são de mencionar os baixos níveis de produção e de produtividade, a reduzida oferta e uso de modernos factores produtivos (sementes melhoradas, ferramentas, fertilizantes e máquinas), a presença de doenças e pragas, o baixo rendimento económico da actividade agrícola familiar, o uso extensivo e a degradação de alguns recursos naturais e a ausência de infra-estruturas de processamento e conservação da produção.

Em relação aos mercados, é de fazer alusão ao colapso do sistema de comércio de factores produtivos e produtos, à ausência de estabelecimentos comerciais nas sedes municipais para abastecimento das populações em bens essenciais e de consumo, à quase inexistência do comércio formal nas zonas rurais, bem como à inexistência de mercados ou à sua inadequação, havendo por outro lado uma intervenção significativa do sistema informal.

4. Estratégia de desenvolvimento rural

Os constrangimentos dos municípios estudados são semelhantes aos encontrados em muitas outras regiões rurais de Angola, assim como em muitos países em desenvolvimento, não podendo as propostas apresentadas diferir muito daquelas que são recomendadas para esses casos. No entanto, enfatizam-se os seguintes aspectos que se pensa serem cada vez mais importantes: a problemática da utilização da água (dada a sua futura escassez), o fomento de uma agricultura sustentável de modo a preservar os recursos naturais e a imperiosa necessidade de envolvimento e participação das comunidades locais no seu processo de desenvolvimento, principalmente quando se trata de intervenções públicas.

Assim, tendo em conta os constrangimentos observados nos municípios estudados, propõe-se um conjunto de medidas para aliviar a pobreza e promover o desenvolvimento e o bem-estar das populações rurais dos municípios estudados, as quais passam pela recuperação das vias de acesso e respectiva desminagem, gestão da água e electricidade, reforço das infra-estruturas físicas e humanas, apoios à produção agrícola sustentável, participação da mulher, apoio institucional e gestão e acompanhamento dos programas de desenvolvimento.

Recuperação das vias de acesso e desminagem

A rede de estradas primárias, secundárias e terciárias do país encontra-se degradada, impondo-se a sua urgente recuperação para que se respire o alívio na circulação de pessoas e do escoamento dos produtos das zonas de produção para os mercados, assim como os produtos manufacturados e outros cheguem a preços acessíveis às zonas rurais.

Entretanto, para além do restabelecimento das vias de acesso e a construção de picadas, de pontes – ainda que seja a colocação de pontes provisórias (metálicas) – o banimento dos engenhos mortíferos que o conflito armado deixou na rede viária e em terras aráveis é deveras inseparável do processo de combate à pobreza.

Gestão da água nas actividades económicas, utilização doméstica e energia eléctrica

Os recursos hídricos são usados em vários sectores, principalmente para o uso doméstico (o de uso directo para o homem), para o uso agrícola e florestal, para a indústria, para a mineração, para a recreação, para produção de energia, para a piscicultura e para a manutenção de ecossistemas protegidos e não explorados. O potencial hídrico de Angola é suficiente para satisfazer todas as suas necessidades, havendo somente que hierarquizar as prioridades em termos de satisfação da procura e, nessa perspectiva, o consumo humano deverá ser a primeira prioridade.

A administração do abastecimento e da qualidade da água e o controlo da sua contaminação são aspectos cruciais para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Assim sendo, a melhoria dos serviços de fornecimento de água potável às comunidades que carecem deste recurso é um elemento chave para a melhoria do bem-estar das populações, a redução do pesado fardo que as mulheres têm que suportar ao transportarem água em baldes pesados por longas distâncias e a melhoria dos hábitos higiénicos da população — especialmente das crianças, que são as principais vítimas da debilidade dos sistemas de abastecimento de água.

O *Relatório Económico de Angola* (2006) faz referência à possibilidade de construção de 10 barragens na Bacia do Rio Lucala, que banha os municípios estudados. Em 2007, o governo angolano aprovou o programa “Água para todos”, que visa o abastecimento de água às comunidades rurais. A concretização destas acções trará enormes benefícios à promoção do abastecimento público, da produção de energia, ao desenvolvimento das infra-estruturas de regadio e a uma gestão eficiente dos perímetros de rega, premissas fundamentais para satisfazer as necessidades em água e energia das populações e a estabilidade da produção agrícola.

Reforço das infra-estruturas físicas e humanas na área da saúde e educação

O reforço das infra-estruturas físicas e humanas na área da saúde é um elemento base para melhorar a qualidade de vida das populações rurais, prolongar a sua longevidade e diminuir a taxa de mortalidade.

O mesmo se passa em relação à educação, com vista a atingir o primeiro grande objectivo, que é levar todas as crianças em idade escolar para a escola, para depois se passar para outros objectivos, como prolongar o número de anos de escolaridade. No futuro, a diversificação da oferta escolar, com a generalização da existência de cursos técnico-profissionais, poderá ser uma solução a encarar de forma muito realista.

Fomento da agricultura sustentável, diversificação das espécies cultivadas e a respectiva diversificação nutricional

Os municípios em estudo apresentam características naturais invejáveis para a produção vegetal e animal ao longo de todo o ano. Assim, para além das culturas que actualmente se fazem, como a mandioca, o feijão, o milho, o amendoim, a batata-doce, o abacate, o ananás e a banana, a região apresenta condições favoráveis à produção de outras culturas, como é sugerido por



Alberto Diniz [1998]. A produção pecuária é reduzida, pelo que o seu fomento parece ser um elemento fundamental para melhorar a captação de receitas e a dieta alimentar dos agregados familiares. O modo de produção a fomentar deverá promover a sustentabilidade dos recursos naturais, principalmente no uso do solo, da floresta e das linhas de água.

Utilização de biofertilizantes

Os agricultores utilizam diferentes tipos de consociações e rotações nos seus processos de produção agrícola, que deverão ser avaliadas na perspectiva da sua auto-suficiência em termos de nutrientes e sanidade vegetal, de modo a que se possa propor aos agricultores melhores soluções técnicas, ao mais baixo custo. Nesta perspectiva, é necessário potenciar o papel das instituições de investigação agrária de modo a que estas obtenham as melhores soluções para os diferentes sistemas agrícolas angolanos em termos de biofertilizantes.

Controlo de pragas e doenças

A existência de brigadas sanitárias ao nível dos municípios estudados assume relevância especial, sendo de referir a necessidade de existência de serviços de veterinária no município do Alto-Cauale e de criação de uma estratégia de combate à peste suína africana. Do mesmo modo, dois dos municípios estudados (Alto-Cauale e Negage) estão afectados com a virose da mandioca, devendo por isso ser objecto de atenção por parte dos serviços sanitários.

Construção e organização de mercados comunais e municipais

A construção de novos mercados e a reformulação dos existentes, criando-se condições para a conservação dos produtos agrícolas (principalmente dos horto-frutícolas frescos, carne e peixe), é um elemento fundamental para que os excedentes de produção contribuam para o aumento do rendimento das famílias rurais. A intervenção nos mercados deve estar integrada numa visão intermunicipal e provincial.

Melhorar o acesso ao microcrédito

Melhorar o acesso dos agricultores ao microcrédito e ao crédito de campanha deverá ser uma tarefa essencial, para a qual é necessário sensibilizar as instituições financeiras e promover uma campanha de informação e divulgação para os agricultores, nas zonas rurais.

Envolver a mulher rural nos projectos de desenvolvimento rural

Os dados dos municípios revelam que as mulheres desempenham um papel central na actividade reprodutiva, produtiva e comunitária e que todo esse esforço deve ser reconhecido pelas comunidades

locais, através de uma gradual integração da mulher nos processos de tomada de decisões e implementação das medidas de desenvolvimento rural, de um modo que procure equilibrar as relações sociais entre o homem e a mulher.

Apoio institucional e de extensão rural

No que diz respeito a este parâmetro, há muito que fazer, principalmente a dois níveis: reorganização das entidades que intervêm no meio rural e definição do perfil das mesmas. Sendo o foco da estratégia de apoio aos camponeses o município, local onde as Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA) desempenham as suas actividades, estas unidades do MINADER devem ser reforçadas e devem colaborar com as autoridades municipais e demais instituições, de modo a servirem eficientemente as acções de redução da pobreza.

Gestão e acompanhamento dos programas direccionados para o meio rural

Todos os programas e acções dirigidos ao mundo rural deverão ter uma gestão integrada ao nível municipal e, nessa gestão, deverão participar, para além dos técnicos dos serviços de agricultura, as associações de agricultores e os outros parceiros sociais. É imperioso que seja feita uma avaliação periódica de todos os programas e acções em vigor, de modo a comparar os objectivos propostos com os resultados obtidos, corrigindo-se o que está mal e propondo-se novas soluções.

5. Conclusões

Pode concluir-se que os municípios estudados apresentam constrangimentos muito semelhantes, que passam por limitações ao nível das infra-estruturas de comunicação, habitação, saúde e educação. O mesmo se passa quando se olha para o sector camponês, as suas actividades agrícolas, as suas trocas e a sua dieta. As ilações que foram retiradas deste trabalho baseiam-se em entrevistas semi-estruturadas feitas a líderes locais e em entrevistas estruturadas feitas a agricultores. Estes instrumentos de recolha de informação permitiram perceber quais os principais constrangimentos existentes na área em estudo, ainda que os dados quantitativos apresentados não possam ser generalizados, ou entendidos como estatisticamente representativos da população alvo de estudo.

Uma das formas mais eficientes de reduzir a pobreza e, ao mesmo tempo, a fome passa pela garantia da segurança alimentar, através do aumento da produção local e da produtividade. Mas o combate à pobreza passa também pela melhoria das condições de vida da população e pela redução da dependência externa das comunidades. Estas estratégias constam das diversas orientações programáticas do governo de Angola, sendo reconhecido que nos últimos anos, o Estado angolano tem feito um esforço significativo na redução da pobreza, ainda que insuficiente para que os benefícios possam ser sentidos pela maioria da população rural mais frágil.



Dada a importância do sector agrícola e o retomar gradual da sua actividade por parte das comunidades rurais, é premente a existência de programas de relançamento da produção. O desenvolvimento da agricultura assente em bases empresariais modernas, ou seja, com todo o aparato técnico, é importante, mas é imprescindível a atenção que se deve prestar ao sector camponês, empresas agrícolas familiares, por incorporar em níveis significativos, grandes contingentes de mão-de-obra e de pobres.

Os programas de extensão rural poderão ter aqui um papel muito importante, se contemplarem medidas específicas para melhoria nas tecnologias das actividades agrícolas praticadas na região, bem como facilitar o acesso dos agricultores a factores produtivos (tais como sementes melhoradas, fertilizantes e máquinas agrícolas) e o acesso ao crédito. Se os esforços ao nível da produção agrícola local forem bem sucedidos, é de esperar que os excedentes produzidos para o mercado aumentem e que a sua venda possa ocorrer nos mercados locais, regionais e de Luanda.

Dado que o mundo rural é uma realidade complexa, mas una, para além dos aspectos relacionados com a produção agrícola, as políticas destinadas à redução da pobreza devem ter valências sociais e culturais, como o apoio a outras actividades domésticas da família, tais como a conservação de produtos, práticas de higiene, dieta alimentar e planeamento familiar.

Para realização com êxito de qualquer actividade de desenvolvimento, é necessário que esta seja planificada, também para que o plano seja exequível, integrado e que envolva as comunidades (homens e mulheres), quer no seu diagnóstico, quer na sua implementação. Para além do diagnóstico participativo, é importante que as comunidades sejam ouvidas na elaboração das soluções a adoptar para os seus problemas e envolvidas na implementação dos programas e medidas que as contemplam. Para além disso, os programas e as acções a implementar devem ser avaliados, de modo a que se possa tirar lições sobre os aspectos a corrigir no presente ou no futuro.

Referências bibliográficas

- ALVES, N.
2009: *Novos Factos Sobre a Pobreza em Portugal*, Boletim Económico Primavera, Lisboa: Banco de Portugal.
- ADF
2007: "Angola. Sumbe Water Supply, Sanitation and Institutional Support Project", African Development Fund, Operations - Water and Sanitation Department Appraisal Report.
- BEJAKOVIC, P.
2005: "Poverty", *Financial Theory and Practice*, vol. 29 (1), pp. 113-116.
- CARVALHO, Paulo
2004a: *Exclusão Social em Angola. O Caso dos Deficientes Físicos de Luanda*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa: ISCTE.
- 2004b: "Dimensão Subjectiva da Pobreza na Cidade de Luanda", comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra.
- CEITA, Camilo
2001: "Caracterização da Pobreza em Angola. Perfil da Pobreza 2000, Dados Preliminares", comunicação apresentada ao Seminário sobre Políticas Sociais, Luanda.

- DINIZ, Alberto Castanheira
1967: "Os solos e a sua capacidade de utilização com o regadio", in *Fomento*, Lisboa.
- DUCADOS, Henda L.
1994: "Women, Poverty and the Informal Sector in Luanda's Peri-Urban Areas", comunicação apresentada ao *Development Workshop*, Luanda.
2000: "Género, Raça e Classe. A Feminização da Pobreza: A Estratificação do Sector Informal Urbano de Luanda", comunicação apresentada ao *I Simpósio Internacional: O desafio da diferença. A Articulação entre género, raça e classe nos estudos culturais e nas políticas de identidade*, Luanda.
- GORDON, David
2005: *Indicators of Poverty and Hunger*, Townsend Centre for International Poverty Research, University of Bristol.
- GOVERNO de Angola
2005: *Estratégia de combate à pobreza, reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica*, Luanda: Ministério do Planeamento.
- GRAVE, Júlia & Gilberto RIBEIRO
1999: "Perfil da Pobreza em Angola. Principais Causas e Consequências", in *Anais da III Jornada Técnico Científica da FESA*, Luanda: Fundação Eduardo dos Santos.
- IDA – MINADER
2004: *Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural*, Luanda: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
- INE
1996: *Perfil da Pobreza em Angola*, Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- MINADER & FAO
1997: *Inquérito aos Agregados Rurais. Resultados*, Luanda: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Organismo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.
- NETO, João Ferreira; Fernando Oliveira BAPTISTA & Carlos CABRAL
2006: "Angola: Agriculturas e Alimentação", in Ilídio Moreira (org.) *Angola. Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural*, vol. I, Lisboa: Isa Press, pp. 403-420.
- PACAVIRA, Rosa & Bernardo PACHECO
2006: "Luanda e sua área periurbana. Um desafio de desenvolvimento e de segurança alimentar", in Ilídio Moreira (org.) *Angola. Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural*, vol. I, Lisboa: Isa Press, pp. 435-449.
- PNUD
2005a: *Angola. Objectivos do Desenvolvimento do Milénio*, New York.
2005b: *Relatório de Desenvolvimento Humano, Construindo uma Paz Social em Angola*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, New York.
2008: *Human Development Report 2007/2008: Fighting climate change: Human solidarity in a divided world*, Disponível on-line em: <http://hdr.undp.org/hdr2006/pdfs> (acedido em Abril 2009).
- PRIMO, Henrique; Carlos CABRAL & Fernando BAPTISTA
2006: "A lei de Terras da Formulação à Aplicação", in Ilídio Moreira (org.) *Angola. Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural*, vol. I, Lisboa: Isa Press, pp. 421-434.
- SEN, Amartya
1999: *Pobreza e Fomes. Um Ensaio sobre Direitos e Privações*, Lisboa: Terramar.
- TODARO, M. P. & S. C. SMITH
2006: *Economic Development*, Pearson, 9ª edição.
- UNIVERSIDADE Católica de Angola
2006: *Relatório Económico de Angola*, Centro de Estudos e Investigação Científica, Luanda.
- VOLTAIRE (François-Marie Arouet)
2008: *Cândido ou o Optimista*, Europa-América.
- WORLD Bank
2009: *Angola. Country Page*, Disponível on-line: <http://geo.worldbank.org/> (acedido em Abril de 2009).

Recepção do manuscrito: 10/Dezembro/2008

Envio para apreciação: 5/Janeiro/2009

Recepção da apreciação: 18/Janeiro, 7 e 9/Março/2009

Envio ao autor: 13/Março/2009

Recepção após correção: 12/Maio/2009

Recepção da reapreciação: 15 e 19/Julho/2009

Envio ao autor: 12/Agosto/2009

Recepção após correção: 26/Agosto/2009

Aceite para publicação: 19/Setembro/2009

Title

Rural development and the poverty reduction in North Angola.

Abstract

This paper aims to identify the main constraints of three rural districts of northern Angola – Alto-Cauale, Ambaca and Negage – and propose strategies to reduce poverty, and to increase the economic development and welfare of the population.

The studied municipalities have very similar limitations in the areas of infrastructure, health and education. The same goes for the main economic activity, agriculture, mainly characterized by the use of varieties of low income, low level of technology, natural resource degradation and inefficient rural markets.

Improving the living conditions of rural people requires an integrated intervention to promote rural development through the improvement of: 1) infrastructure, mainly water supply, energy and roads; 2) the levels of health, education and professional training, 3) the conditions for agricultural production; 4) the condition of women, and 5) public and private institutional support to development.

Key-words

Poverty, rural development, condition of living.